ASSOCIAÇÃO FILATÉLICA E NUMISMÁTICA DE SANTA CATARINA

BOLETIM INFORMATIVO Nº 56

AGOSTO DE 2007

ASSOCIAÇÃO FILATÉLICA E NUMISMÁTICA DE SANTA CATARINA

Rua dos Ilhéus, 118 sobreloja 9 - Ed. Jorge Daux
CEP 88.010-560 - Florianópolis - SC
Fone/fax: (48)3222-2748

A **AFSC**, fundada em 06/08/1938, é uma Entidade sem fins lucrativos, reconhecida de Utilidade Pública pela Lei Estadual 542 de 24/09/1951 e pela Lei Municipal 970 de 20/08/1970.

A **AFSC** é filiada à **FEFINUSC** - Federação Filatélica e Numismática de Santa Catarina, à **FEBRAF** - Federação Brasileira de Filatelia e à **FEFIBRA** - Federação dos Filatelistas do Brasil.

EDITORIAL

Este Boletim tem seu lançamento no 145º Encontro de Filatelistas e Numismatas de Santa Catarina, marcando o início do 70º ano de vida da AFSC.
Paralelamente ao Encontro, a AFSC está realizando Mostra de Colecionismo, reunindo selos, cédulas, moedas e medalhas, cartões-postais, máximos postais e cartões telefônicos.
Com otimismo, saudamos a nova Diretoria da AFSC, eleita para o período 2007/2008, que tem o desafio de fazer um ano de atividades marcantes para a história de nossa Associação, culminando com a realização, em agosto de 2008, como parte das comemorações do aniversário de 70 anos, da FLORIPA 2008 - Exposição Filatélica.

Mais uma vez tivemos uma difícil tarefa, a de fazer um novo número do Boletim Santa Catarina Filatélica, pois queremos levar aos colecionadores conhecimento e meios para avançar em suas pesquisas, com cuidado e numa linguagem simples, procurando diversificar a escolha de nossos artigos.
Com o desafio superado, nós, da AFSC, esperamos que este número seja de agrado de todos.

Boa leitura!

ÍNDICE GERAL

SERVIÇO DE DILIGÊNCIAS ENTRE JOINVILLE E SÃO BENTO

Sergio Laux - Florianópolis, SC

Com a inquietação social que se irradiara por toda a Europa, advinda da revolução de 1848 na França, muitos europeus passaram a sonhar com o direito de ter a propriedade do solo, em poder trabalhar e prosperar, independentemente da vontade dos senhores das terras onde, por gerações, tinham labutado obtendo apenas o suficiente para sua sobrevivência. Daí a facilidade com que germinou a idéia da emigração para o "Novo Mundo", as Américas, onde muito ainda estava por ser feito e as oportunidades eram inúmeras.

O Brasil recebeu muitos desses imigrantes, e a partir do quadro social que se formou, foi constituída, em 9 de março de 1851, pela "Sociedade Colonisadora Hamburguesa de 1849", a Colônia Dona Francisca, atual Joinville.

A colônia prosperou rapidamente, embora isolada do interior do país. Alguns anos mais tarde, o governo imperial, convencido da importância de uma ligação do litoral com o planalto, autorizou a construção de uma estrada, que foi denominada "Estrada Dona Francisca".

A construção dessa estrada contou com a participação de muitos dos imigrantes recém-chegados, que precisavam de dinheiro a curto prazo, o suficiente para agüentar algum tempo até derrubar o mato, semear as terras e aguardar as primeiras colheitas. Assim os imigrantes, de bom grado, aceitavam o serviço na estrada.

Em 1873, uma boa parte da estrada estava pronta, e os primeiros colonos subiram a serra para se estabelecer numa nova colônia, implantada pela mesma "Sociedade Colonisadora Hamburguesa".

Em 23 de setembro de 1873, os primeiros 64 lotes foram oficialmente entregues aos colonos e, com esse ato oficial, fundou-se a Colônia São Bento.

Com o crescimento da Colônia São Bento, e conseqüente aumento de suas relações comerciais com o núcleo original no litoral, surgiu a necessidade de um serviço regular de correio.

Neste sentido, em abril de 1881, o Diretor da colônia recebeu da Administração Geral dos Correios da Província de Santa Catarina o seguinte ofício:

"Ilmo. Snr. Frederico Brustlein
Tendo sempre VS. manifestado interesse pela criação de uma repartição do Correio na freguesia de S. Bento no município de Joinville apraz-me noticiar a VS que por Decreto de 11 do corrente foi autorizada uma Agência que funcionará quando autorizada a despesa com a condução das respectivas malas, para cujo fim peço a VS que se digne, por favor, informar-me qual despesa provável com a dita condução, 3 vezes por mês de Joinville a S. Bento e, vice-versa bem como qual o indivíduo com aptidão para exercer o cargo de Agente"

As providências, por parte da colônia, foram imediatas, pois já em 23 de maio de 1881 a agência do Correio abria suas portas em S. Bento. Estabeleceu-se, então, um serviço de estafeta a cavalo, com 3 viagens por mês, entre as duas colônias.

O incessante incremento do intercâmbio e o espírito de iniciativa dos imigrantes levaram à criação de um serviço incomum, ou seja, uma linha de diligência entre as duas colônias.

A implantação dessa linha foi feita mediante contrato firmado entre a Presidência da Província e um particular, o Sr. Karl Monich.

Essa diligência deveria fazer o transporte das malas do Correio e viajar 3 vezes por mês, ida e volta. Quanto ao eventual transporte de passageiros, este ficou por conta e risco do Sr. Monich.

O ponto de partida, em Joinville, era a Agência do Correio local. A pesada carruagem levava 4 passageiros de cada vez.

A primeira diligência partiu de Joinville a 7 de setembro de 1881, às 10 horas da manhã, sendo a viagem realizada em duas etapas. O primeiro percurso, de 40 km, foi até o alto da serra, onde existia uma estalagem no local "Blocksberg". A segunda etapa, após a troca dos cavalos, até S. Bento, foi feita em um dia de viagem. Após 2 dias de descanso, a diligência voltava para Joinville.

Para melhor divulgação desse serviço foram feitos anúncios no jornal "Kolonie Zeitung" (figura 1 na página seguinte).

A colônia São Bento se desenvolveu rapidamente e, pela lei provincial 1030, de 21 de maio de 1883, foi elevada à Vila, então contando com 5200 europeus e 3500 nacionais, estabelecidos nas redondezas.

Em 1888, a diligência, que já realizava 4 "subidas" mensais, teve de reduzir esse número novamente a 3, porque o Correio Provincial, no Desterro, alegou que não dispunha de verba suficiente para aquela freqüência, para o transporte de correspondência.

Em setembro de 1891, foi festejado o décimo aniversário da linha de diligências, sendo de se notar que nos 10 anos de serviços ininterruptos não havia acontecido nenhum desastre fatal durante as viagens.

Na verdade, esse meio de transporte era um sucesso e estava em expansão, pois em 2 de fevereiro de 1893 passou por São Bento a primeira diligência direta de Joinville para Lapa, no Paraná, transportando 6 passageiros e a mala postal. Conta-se que nessa ocasião o condutor que realizou esta façanha, Sr. Friedrich Holz, foi muito festejado.

Em meados de abril, a mesma diligência iniciou as viagens regulares de Joinville a Curitiba.

A expansão do serviço levou ao surgimento até mesmo de uma segunda linha entre Joinville e São Bento, desta vez, segundo anunciado, com "diligências confortáveis para passageiros".

Em 1938, o Correio, mais uma vez, alegou não ter verba para o transporte das malas por diligência, rescindindo o contrato e voltando ao velho sistema de estafeta a cavalo.

A Diligência entre Joinville e São Bento.

Linha de Diligencias

entre a Cidade de **JOINVILLE**

e a Freguezia de **S. BENTO.**

O Emprezario abaixo assignado d'esta Linha encarregado pelo Governo com a conducção das malas postaes, conduz tambem passageiros entre os dois lugares, fazendo 3 viagens por mez:

nos dias **5. 15** e **25** de cada mez.

Pede-se aos Snrs. passageiros procurar os bilhetes de passagem na vespera dos dias da partida na Agencia do Correio em Joinville ou em S. Bento na caza do Emprezario.

O conductor das Malas postaes:

Carlos Monich.

Figura 1: Anúncio publicado no jornal "Kolonie Zeitung"

Mas, mesmo as iniciativas bem sucedidas não são duradouras. Com o passar do tempo, outros meios de transporte surgiram e o romantismo que envolvia as perigosas viagens de descida da serra pela estrada Dona Francisca, foi se tornando coisa dos “velhos bons tempos”.

Com a construção do ramal ferroviário Porto União a São Francisco, da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, que teve suas principais estações inauguradas em 1910-1913, as malas postais passaram a ser transportadas por este meio. O público viajante, logicamente, beneficiou-se dessa nova modalidade e o serviço de diligências, que tantos serviços havia prestado, finalmente sucumbiu aos novos tempos. Fechou-se, assim, um ciclo na história dos Correios desta área do estado catarinense. No caso presente, filatelicamente, é de se notar que, embora tenha existido um contrato formal entre os Correios e um particular, visando o transporte de correspondência, esta era entregue pelo remetente diretamente na agência do correio local. Desta forma, a correspondência era carimbada pela agência do correio e não pelo concessionário do serviço, como foi o caso, em outras situações conhecidas, no Rio Grande do Sul.

Figura 2: Bilhete postal escrito em Rio Negro, Paraná, em 28 de abril de 1887, e endereçado para Joinville. Não há carimbo de Rio Negro, mas sim de São Bento [29 Abril 1887]. É de se notar também o carimbo mudo na face do bilhete. Teria sido ele aplicado em Rio Negro ou em São Bento? Talvez essa correspondência tenha sido levada em mãos para São Bento e aí entregue ao correio. O fato é que, a partir de São Bento, esse bilhete seguiu pela diligência e foi recebido em Joinville no dia 1º de maio, conforme o carimbo de chegada no verso.

Figura 3: Inteiro postal registrado de Joinville [20-11-1889] para São Bento. No verso (em destaque), carimbo de recepção São Bento [26-11-1889]. Essa correspondência permaneceu na agência de correio por cinco dias a espera de transporte e, então, seguiu para São Bento, com a terceira viagem mensal da diligência, que partia no dia 25 de cada mês.

Figura 4: Carta bilhete postada no Desterro [30-04-1893], endereçada para São Bento, com carimbo de recepção no verso (5 de maio de 1893), portanto, 5 dias de viagem. Em 1893, o contrato dos Correios com a linha de diligências foi rescindido.

Exposição Filatélica

FLORIPA 2008

2 a 10 de agosto de 2008

Como parte das comemorações dos

70 Anos da AFSC

A AFSC tem a satisfação de anunciar a realização de Exposição Filatélica, em agosto de 2008, como parte das comemorações dos seus 70 Anos de fundação.
Neste mês de agosto de 2007, estamos finalizando o planejamento do evento, para divulgação, ainda neste ano, do primeiro boletim informativo, com o regulamento e todas as informações necessárias, para conhecimento dos colecionadores.

Participe!

Emissões do Banco Austro-Húngaro e o Reaproveitamento das Estampas após a 1ª Guerra Mundial

Márcio Roveri Sandoval - Florianópolis, SC

Na matéria intitulada *“Império Austro-Húngaro – Babel Linguística e Numismática”*, publicada no Boletim da AFSC de março de 2006 (p.4 a 10), falávamos da incrível diversidade de línguas daquele Império e da sua presença nas cédulas do *Banco Austro-Húngaro* - nada menos que 10 línguas, na representação dos valores e da unidade monetária.

Figura 1. *Brasão Austríaco*. Águia bicéfala dos Habsbourgs, detalhe da cédula de 1 Krone (Coroa) de 1916.

De 1880 a 1918, o Banco emitiu[2] o total de 25 estampas, sendo que as primeiras (n°1 a 5) são bilingües[3] e não foram reaproveitadas (ver quadro). As emissões em Coroas (Kronen) seguem, por ordem, do n°4 ao 25, com a designação do valor e da moeda em 10 línguas (alemão, tcheco, polonês, ucraniano, italiano, esloveno, croata, sérvio, romeno e húngaro).

Falávamos, também, do desmantelamento daquele Império em virtude da 1ª Guerra Mundial e do reaproveitamento das estampas pelas novas unidades políticas, surgidas daquela desagregação. Passamos, aqui, à análise dessas emissões.

Como vimos, a união das coroas Austríaca e Húngara se deu em 1867. As primeiras emissões do *Banco Austro-Húngaro* são de 1880 (1.5.1880), em *Gulden* (florins)[1]. As emissões em Krone (Coroa), o novo sistema monetário, se iniciaram em 1900.

As emissões para o Império Austro-Húngaro se prolongaram até 1918 (2.11.1918), ano da emissão da cédula de 10.000 Kronen, já sob os escombros do Império.

As estampas de n°6 a 25 foram todas reaproveitadas para novas emissões, exceto as de n° 7, 16, 18 e 22, estas apenas provas de estampa (*proof*).

Algumas dessas estampas foram reaproveitadas por todas as novas unidades. São elas as de n°8 (1000 Kronen), 12 (100 Kronen), 13 e 14 (20 Kronen) e 19 (10 Kronen).

Para melhor compreensão de tal situação, elaboramos um quadro[4], que passamos a comentar.

A primeira coluna trata das cédulas emitidas entre 1880 e 1918 pelo Banco Austro-Húngaro (n° 1 a 25). As demais colunas trazem as cédulas reaproveitadas, a partir de 1919.

Na segunda coluna, temos as cédulas reaproveitadas para a **Áustria** (antes da formação da República da Áustria que se deu em 1922), de P[5].41 a P.66. Nesse período, foram emitidas cédulas com:

- ***Superimpressões*** (*Ovpt: Overprintig*):

1ª (1919) - *"DEUTSCH ÖSTERREICH"* P. 49 a 66.

2ª (1919) - *"ECHT OESTERREICHISCH-UNGARISCHE BANK HAUPTANSTALT WIEN"*, para as estampas de 1000 coroas (P.58) e para as de 10.000 coroas (P.63).

3ª (1920) - *"AUSGEGEBEN NACH DEM 4. OKTOBER 1920"* P.41 a 48.

- ***Carimbos*** (*W/handstamp*)

4ª (1919) - *"NOTE ECHT, STEMPEL FALSCH"* P.51b (não confirmado), 53b, 54b, 55b, 57b e 62b.

5ª (1919) - *"NOTE ECHT, STEMPEL NICHT KONSTATIERBAR"* P. 55c e 57c

Além das superimpressões e carimbos que vieram marcar as diferenças com as emissões do período do Império, temos a substituição da "face húngara" em algumas cédulas. São elas: P.56 (100 Kronen), P.59 (1000 Kronen), P.60, P.61, P.64 e P.66.

A cédula de 1000 Kronen (P.59) causa estranheza, dando a entender que se trata de um *erro de impressão*, já que tanto o anverso como o reverso são praticamente iguais[6], ou seja, apresentam a mesma estampa. Porém, trata-se de um engano, pois esta cédula é bastantae comum.

Essas emissões para a "Áustria" foram feitas, ainda, pelo Banco Áustro-Hungaro até 1922 (P.73 a 84), quando encerrou suas atividades. Foi então criado o Banco Nacional Austríaco (*Oesterreichische Nationalbank*), com emissões a partir de 1924. Neste mesmo ano, a moeda austríaca deixou de ser a Coroa, passando ao *Schilling*, que, por sua vez, permaneceu até a sua substituição pelo Euro.

Das cédulas reaproveitadas para a **Hungria** (P.10 a 16 e P.18 a 32), as primeiras (P.10 a 16) não apresentam superimpressão, podendo ser identificadas pelas séries. Essas cédulas foram impressas em Budapeste e trazem diferenças em relação àquelas impressas na Áustria.

As cédulas P.18 a 32 apresentam a superimpressão *MAGYARORSZAG e o brasão de armas*. A superimpressão se localiza na "face húngara", havendo diferenças de posição, de cédula para cédula, apesar de ser uma superimpressão e não um carimbo.

As primeiras (P.10 a 16) foram emitidas em 1919 e as demais (P.18 a 32), em 1920.

Além dessas peculiaridades, o *World Paper Money* menciona a existência de carimbos adicionais em eslavo, romeno ou alemão, além, ainda, das superimpressões por unidades militares (que não fazem parte do catálogo). Dessas emissões não encontramos sequer vestígios.

Indica-se como órgão responsável por essas emissões o *Banco Áustro-Hungaro*, mas imaginamos que houvesse a separação das atividades em relação à Viena e que o Banco responsável pelas emissões teria sido o próprio Banco Nacional da Hungria (*Magyar Nemzeti Bank*), criado em 1919. Entretanto, persiste a dúvida.

A **Tchecoslováquia**[7], surgida na extremidade norte do território, reaproveitou apenas 5 estampas (P.1 a 5).

As cédulas apresentam um selo com uma superimpressão. Os valores dos selos são respectivamente, 10, 20 e 50 *haleru* e 1 e 10 *Koruna* (Coroas). Nas cédulas que visualizamos, os selos estavam sempre na "face húngara". O Catálago informa que existem cédulas de 1000 *Kronun* com selos na "face alemã", mas que não teriam sido emitidas legitimamente. A cédula de 100 *Kronun* (P.4b) apresenta perfuração no selo.

Além dessas características, as cédulas ainda podem apresentar um carimbo adicional de cancelamento, informando que os selos foram forjados.

Na sequência, temos a **Romênia**[8], com cédulas reaproveitas (P.10 a 20 e P.10A a 20A) . Todas elas apresentam um carimbo circular com a legenda *"ROMANIA TIMBRU SPECIAL"*. Da P.10 a 20, o carimbo encontra-se na "face austríaca", nas emissões para a Burkovina[9]. Essas cédulas podem apresentar, ainda, carimbos adicionais de unidades militares, em húngaro e iugoslavo. Da P.10A a 20A, temos o carimbo na "face húngara", nas emissões para *Siebenbérgen* e *Banat*, também podendo existir carimbos adicionais de unidades militares, em húngaro e iugoslavo.

Imaginamos, também, ante a falta de dados, que estas emissões estariam "desligadas" de Viena e teriam sido encampadas pelo Banco Nacional Romeno (*Banca Nationala a Romaniei*), com emissões desde 1880.

O Catálogo nomina a unidade monetária das cédulas P.10 a 20 *Kronen* ("face alemã") e das cédulas P.10A a 20A *Korona* ("face húngara"). Teria a Romênia preservado a *Coroa* nos territórios onde circulava? Ou haveria um valor de câmbio dessa moeda em relação à moeda nacional – *"lei"*? O que sabemos é que eram cédulas provisórias e que foram substituídas posteriormente.

Para a **Iugoslávia**, surgida em 1918 e, hoje, totalmente desmantelada, temos as primeiras emissões com cédulas provisórias (estas emitidas pelo Ministério das Finanças), P.1 a P.10 e P.1A a P.10B. A superimpressão é circular e o texto, em cirílico, é acompanhado de uma águia (P.1 a 5). Da P.6 a 10B, temos um selo e um carimbo que se apresenta em três (P.6 a 8) ou duas línguas (P.9 a 9B). As de 100 kronen apresentam perfuração nos selos. As de 1000 kronen apresentam o carimbo em sérvio (P.10, letras cirílicas), em croata (P.10A) e em esloveno (P.10B). Além disso, essas cédulas apresentam uma série de outros carimbos e selos que dificultam sobremaneira a sua classificação. Desconhecemos a existência de uma catalogação específica dessas variantes com selos e carimbos aplicados. Notamos, entretanto, que pela maneira como foi realizado o reaproveitamento das estampas, cada cédula, neste caso, se reveste de características particulares que, muitas vezes, a tornam única.

Para finalizarmos, temos **Fiume**, cidade portuária do Adriático, hoje na Croácia. Na época do desmantelamento do Império Áustro-Hungaro houve a tentativa, por parte da Itália, de promover a emancipação da cidade para depois incorporá-la, em virtude do idioma italiano também ser

falado naquela região.
Houve o aproveitamento de boa parte das estampas do Império com poucas exceções. Existem 2 tipos de superimpressões e 2 tipos de carimbos, com as seguintes designações:
Tipo I – “*CITTA DE FIUME*” (carimbo circular)
Tipo II – “*CITTA DE FIUME*” (superimpressão)
Tipo III – Brasão da Savoia[10] (carimbo).
Tipo IV – “*INSTITUTO DI CREDITO CONSIGLIO NATIONALE, CITTA DE FIUME*” (superimpressão retangular).

Existem exemplares que apresentam uma superimpressão e um carimbo, que não foram catalogados. Verificamos ainda a existência de uma cédula de 1000 Coroas (P.66) da Hungria, com um carimbo (Tipo I). Verdadeira ou falsificada?
As 25 estampas do Império Áustro-Hungaro resultaram em 158 variantes[11] de cédulas para os 6 novos “países”, sendo 35 para a Áustria, 24 para a Hungria, 7 para a Tchecoslováquia, 22 para a Romênia, 16 para a Iugoslávia e 54 para Fiume.
Esse número pode ser ainda aumentado a partir de novos estudos que incluam as variações de impressão, os carimbos das unidades militares e outros detalhes que ainda desconhecemos.

Bibliografia:

- *Atlaséco 2004*. Mediaobs, France, 322 p., 2004.
- *Dictionnaire de Numismatique*, Michel Amandry, Larousse, 630 p., 2006.
- *Dinheiro no Brasil*, F. dos Santos Trigueiros, Léo Cristiano Editorial, Rio de Janeiro, 2ª edição, 297p., 1987.
- *Encyclopédie Eletronic Encarta*, France, 1999.
- *Géographie de L´Europe, F.Schrader et Galloédec*, France, 2ª édition, 438 p, 1896.
- *Le Petit Larousse* - Grand Format 2003, Larousse, France, 1885 p., 2003.
- *MRI Bankers´* Guide to Foreigh Currecy, USA, 43rd Edition, 256 p. , 2002.
- *Standard Catalog of World Paper Money*. Albert Pick. Krause Publications, USA, 9ª Edition, General Issues (1368 – 1960), 1178 p., 2000.
- *Standart Catalog of World Paper Money*, George S. Cuhaj, 10° edition, Specialized issues, Vol. I, USA, 1170p., 2005.
- *Vom Gulden zum Euro - Geschichte der österreichischen Banknoten*, Barbara Aulinger, Böhlau Verlag Wien - Köln – Weimar, 299 p., 2000.

Na próxima página apresentamos algumas figuras ilustrativas de superimpressões e carimbos.

A **AFSC** convida para as suas reuniões regulares:

Quintas-feiras, a partir das 18 horas e Sábados, a partir das 14 horas.
Nossa Sede permanece aberta de segunda a sexta-feira, das 14 às 18 horas.

Alguns exemplos de superimpressões e carimbos utilizados:

Fig. 2 “DEUTSCH ÖSTERREICH”;
Fig. 3 MAGYARORSZAG;
Fig. 4“ROMANIA TIMBRU SPECIAL”; Fig. 5 “CITTA DE FIUME”;
Fig. 6 e 7 a serem identificados;
Fig. 8 Iuguslávia;
Fig. 9 “INSTITUTO DI CREDITO CONSIGLIO NATIONALE, CITTA DE FIUME”;
Fig. 10 “INSTITUTO DI CREDITO CONSIGLIO NATIONALE, CITTA DE FIUME” e “CITTA DE FIUME” (não catalogada) e
Fig. 11. “CITTA DE FIUME” em cédula de 1000 korona da Hungria (não catalogada).

Figura 2

Figura 3

Figura 4

Figura 5

Figura 6

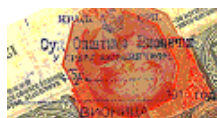



Figura 7

Figura 8

Figura 9

Figura 10

Figura 11

Observação: Fizemos, nesta matéria, uma distinção entre "superimpressão" e "carimbo", acompanhando a expressões inglesas, *Overprintig e handstamp*. Essa distinção não encontra ressonância no Brasil, eis que são usados os termos "carimbo" e "superimpressão", indistintamente. A superimpressão é a impressão realizada posteriormente à confecção da cédula, normalmente para reaproveitá-la. Isso aconteceu no Brasil, por exemplo, com algumas cédulas do mil-réis, reaproveitadas para as primeiras emissões do Cruzeiro, em 1942. A superimpressão foi realizada em maquinário apropriado, apresentando um índice de regularidade considerável.

O carimbo é também uma impressão, mas realizada manualmente, podendo apresentar irregularidades e aparecer em qualquer lugar da cédula, além de ser de qualidade inferior. No Brasil, foram utilizados "carimbos", nesta acepção, como elementos distintos das características das cédulas, como exemplo: "INUTILIZADA", "AMOSTRA", "FALSA", "SPECIMEN", "MODELO".

Figura 12. *Brasão Húngaro*
Detalhe da cédula de 1 Krone (Coroa) de 1916.

NOTAS EXPLICATIVAS:

1 Analisamos nesta matéria apenas as emissões realizadas pelo *Banco Austro-Húngaro*, excluindo-se destas, as emissões do *"Kassenschein der Oesterreich-ungarischen Bank"*, P.29 a 40 para a Áustria e P.4 a 9 para a Hungria, as emissões do *"Kriegsdarlehenskasse Kassenschein"*, P.26 a 28 para Áustria e P.1 a 3 para Hungria e as emissões de *notgelds* que utilizaram cédulas diversas das tratadas aqui.
2 Algumas não foram emitidas, sendo apenas prova de estampa *(proof).*
3 Alemão e húngaro.
4 Ver páginas 17 e 18.
5 "P" de *Pick*, do editor do *Standard Catalog of World Paper Money*, *Albert Pick*.
6 Com exceção da superimpressão e da numeração.
7 Atualmente dividida em República Tcheca e Eslováquia, países membros da União Européia.
8 Novo membro da União Européia, a partir de 2007.
9 A *Burkovina*, a *Dobroudja*, a *Transilvânia* e *Banat* foram territórios atribuídos à Romênia após a 1ª Guerra Mundial.
10 A casa da Savoia reinou na Itália de 1860 a 1946.
11 Todas as cédulas catalogadas, menos as que não foram confirmadas.

Oesterreichisch-ungarische Bank
(Banco Austro-Húngaro)

Demonstração das emissões do Banco Austro-Húngaro e o reaproveitamento das estampas através de superimpressões e carimbos, pelos novos países (a exceção de Fiume e da Romênia) que surgiram após o término da 1a Guerra Mundial (1914-1918).

Austro-Húngria	Áustria	Hungria	Tchecoslováquia	Romênia	Iuguslávia	Fiume
1. 10 Gulden (P.1) (1.5.1880)	-	-	-	-	-	-
2. 100 Gulden (P.2) (1.5.1880)	-	-	-	-	-	-
3. 1000 Gulden (P.3) (1.5.1880)	-	-	-	-	-	-
4. 10 Kronen (P.4) (31.3.1900)	-	-	-	-	-	-
5. 20 Kronen (P.5) (31.3.1900)	-	-	-	-	-	-
6. 50 Kronen (P.6) (2.1.1902)	-	P.24 (1920)	-	P.15 e 15A (1919)	P.8a (1919)	S.112a,b, c e d (1920)
7. 100 Kronen (P.7) (2.1.1902)	-	-	-	-	-	-
8. 1000 Kronen (P.8) (2.1.1902)	P.57a, b e c, 58, 59, 60 e 61 (1919), P.48 (1920)	P. 31 (1920)	P.5 (1919)	P.19 e 19A (1919)	P.5, 10, 10A e 10B (1919)	S.116a, b e c (1920)
9. 10 Kronen (P.9) (2.1.1904)	-	P.18 (1920)	-	P.10 e 10A (1919)	P.6a (1919)	S.107a,b, c e d (1920)
10. 20 Kronen (P.10) (2.1.1907)	-	-	-	P.12 e 12A (1919)	-	S.109a, b, c e d (1920)
11. 100 Kronen (P.11) (2.1.1910)	-	P.26 (1920)	-	P.17 e 17A (1919)	-	S.114a, b, c e d (1920)
12. 100 Kronen (P.12) (2.1.1912)	P.55a,b e c e 56 (1919) e 47 (1920)	P.27 (1920)	P.4a e b (1919)	P.18 e 18A (1919)	P.4, 9 e 9A e B (1919)	S.115a, b, c e d (1920)
13. 20 Kronen (P.13) (2.1.1913)	P.52 (1919) e 44 (1920)	P.20 (1920)	P.2 (1919)	P.13 e 13A (1919)	P.2 e 7 (1919)	S.110a, b, c e d (1920)

Austro-Húngria	Áustria	Hungria	Tchecoslováquia	Romênia	Iuguslávia	Fiume
14. 20 Kronen (P.14) (2.1.1913)	P.53a e b (1919) e 45 (1920)	P.21 (1920)	P.2A (1919)	P.14 e 14A (1919)	P.7 (1919)	S.111a, b, c e d (1920)
15. 50 Kronen (P.15) (2.1.1914)	P.54a e b (1919) e 46 (1920)	P.25 (1920)	P.3 (1919)	P.16 e 16A (1919)	P.3 e 8b (1919)	S.113a, b, c e d (1920)
16. 1 Krone (P.16) (5.8.1914) proof	-	-	-	-	-	-
17. 2 Kronen (P.17a,b) (5.8.1914)	-	-	-	-	-	S.103 a, b e c (1919/21)
18. 5 Kronen (P.18) (5.8.1914) proof	-	-	-	-	-	-
19. 10 Kronen (P.19) (2.1.1915)	P.51a e b (1919) e 43 (1920)	P.19 (1920)	P.1 (1919)	P.11 e 11A (1919)	P.1 e 6b (1919)	S.108 a, b, c e d (1920)
20. 1 Krone (P.20) (1.12.1916)	P.49 (1919) e 41 (1920)	P.10 (1919)[2]	-	-	-	S.101a, b e c e 102a, b e c (1919/21)
21. 2 Kronen (P.21) (1.3.1917)	P.50 (1919) e 42 a e b (1920)	P.11a e x (1919)	-	-	-	S.104a, b e c (1919/21) e 105a,b e c (1920)
22. 5 Kronen (P.22) (1.10.1918)	-	-	-	-	-	-
23. 25 Kronen (P.23) (27.10.1918)	-	P.12, 13 (1919), 22 e 23 (1920)	-	-	-	-
24. 200 Kronen (P.24) (27.10.1918)	-	P.14, 15 e 16 (1919), 28a e b, 29 e 30 (1920)	-	-	-	-
25.10000Kronen (P.25) (2.11.1918)	P.62a e b, 63, 64, 65 e 66 (1919)	P.32 (1920)	-	P.20 e 20A (1919)	-	-

Observação: As cédulas de P.10 a 16 da Hungria não apresentam superimpressão, sua diferenciação se faz através das séries.

LIVROS EM CARTÕES-POSTAIS

Roberto João Eissler - Jaraguá do Sul, SC

O cartão-postal, desde sempre, foi veículo de propaganda. Assim como na filatelia, também na cartofilia podemos encontrar uma variedade imensa de temas a serem colecionados. Literatura é um deles.

Segundo Gorberg, na "fase inicial do cartão-postal ilustrado, merecem registro os cartões-postais de propaganda da editora inglesa Grant & Co, que editou em 1872 cartões-postais de propaganda do livro ilustrado de Gustavo Doré".

Atualmente, no Brasil, editoras como Siciliano e Melhoramentos, por exemplo, utilizam o cartão-postal como meio de divulgação das suas publicações/livrarias. Entretanto, não são apenas as "grandes" do setor a se utilizar desse veículo. Pequenas editoras, como a Design Editora (www.designeditora.com.br) também fazem postais. Um postal de suas publicações refere-se ao livro "Alfaiates Imprescindíveis: imigração, trabalho e memória", retratado neste artigo.

Assim sendo, quem se dedica a colecionar postais publicitários não pode ficar restrito aos grandes centros, a coletá-los nos displays de sua cidade ou região. O colecionador precisa ficar atento e estabelecer intercâmbio com colecionadores de todo o país. É a melhor maneira de ampliar sua coleção.

Referência bibliográfica:
Gorberg, Samuel. A propaganda no Brasil através do cartão-postal 1900-1950. RJ, 2002.

Você sabia...

Há uma inscrição no Posto Central dos Correios de Nova Iorque, onde se lê (numa tradução livre): “Nem a neve, nem a chuva, nem o calor, nem o escuro da noite podem impedir nossos carteiros quanto à rápida conclusão de suas tarefas” A inscrição foi cunhada pelo arquiteto William Mitchell Kendal, que se baseou nas palavras escritas, pelo historiador gregoHerodotus, no século IV A.C. Herodotus falava dos velozes mensageiros persas, que “viajam numa rapidez que a nada humano pode se comparar. Nem a neve, nem a chuva, nem o calor nem a escuridão podem obstruir sua velocidade”.

AGÊNCIAS POSTAIS DA PROVÍNCIA DE SANTA CATHARINA DURANTE O IMPÉRIO BRASILEIRO

Luis C. Fritzen - Florianópolis, SC

Durante o período Colonial, pelo Alvará Régio de 20 de janeiro de 1798, foi organizado o Correio no Brasil, sob a responsabilidade das Repartições da Marinha e da Fazenda, às quais deveriam "*pertencer os estabelecimentos dos Correios Interiores do Brasil, para a mais útil comunicação de todas aquelas Capitanias*". Para implementar tal serviço, foi nomeado Joaquim Xavier Garcia d'Almeida, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império.

Primeiro carimbo circular datado, empregado no Brasil.

A regularidade e organização dos correios foram, inicialmente, criadas nas capitais das províncias ou capitanias marítimas. Na ilha de Santa Catarina, os correios começaram a funcionar em 1813.

A Carta Régia de 24 de setembro de 1817 manda estabelecer um correio regular entre as províncias de São Pedro do Rio Grande e São Paulo. Vejamos:

"Conde de Palma, Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo. Amigo. Eu El-Rei vos envio muito saudar, como aquelle que amo. Sendo muito conveniente o estabelecimento de um Correio regular entre esta Corte e a Villa de Porto Alegre, afim de se facilitarem as recíprocas communicações e relações de umas com outras terras, e verificando-se na minha real presença a possibilidade deste estabelecimento pelos exames e observações, que a este respeito fez José Pedro César, seguindo o correio ao longo da costa: sou servido ordenar que sem perda de tempo se haja de proceder a este estabelecimento entre a Cidade de São Paulo e a Villa de Porto Alegre. E porque me foi presente o offerecimento, que me fez o dito José Pedro César, de estabelecer á sua custa este Correio, partindo duas vezes em cada mez das villas de Rio Pardo, Porto Alegre e Rio Grande, sendo-lhe concedidos por tempo de 10 annos os rendimentos de todas as passagens dos rios e enseadas que se comprehenderem nos Districtos por onde passar o mesmo Correio, desde a Villa do Rio Pardo até os Cubatões de Santos; ficando porém obrigado a entregar nas respectivas Juntas da Fazenda a importância das passagens que presentemente estiverem arrematadas

pelas mesmas juntas, e fornecel-as de boas canoas e barcas, e a entregar no fim dos 10 annos, não só as mesmas passagens, como também todo o estabelecimento do Correio de maneira que elle deve ficar. Por esperar do seu zelo e actividade, o bom desempenho desta commissão, fui servido, por decreto da data desta, nomeal-o Administrador Geral do Correio entre a Cidade de São Paulo e a Villa de Porto Alegre, pelo tempo dos ditos 10 annos, e o mais que decorrer emquanto eu não mandar o contrario, e pelos referidos 10 annos lhe ficará pertencendo o rendimento de todas as passagens dos rios e enseadas que se encontrarem no caminho do dito Correio, á excepção da passagem de Santos aos Cubatões, e dos que se achão contractadas; porém findos os contractos actuaes, com os quaes preços elle ficará entrando nas respectivas Juntas da Fazenda pelos sobreditos 10 annos, com reserva sómente da passagem de Santos aos Cubatões, que em nenhum caso lhe pertencerá, ainda depois de findar o actual contracto, e sendo feito á sua custa toda a despeza com os conductores das malas do Correio, e com as canoas e barcas que forem necessárias, devendo tudo entregar no fim dos 10 annos para a minha Real Fazenda, se eu não for servido renovar-lhe esta graça em todo ou em parte, em attenção ao bom serviço que elle me tiver feito, e ao exacto cumprimento do Regulamento Provisional que vai assignado por João Paulo Bezerra, do meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Fazenda, Presidente do Real Erário, e nelle meu Lugar-Tenente. E no fim dos sobreditos 10 annos ficarão sendo duas administrações: uma pelo que pertence ao limite da Província de São Pedro do Rio Grande, e outra para o Districto da Província de São Paulo; assim como as passagens ficarão pertencendo ás respectivas Províncias. O que não me pareceu participar-vos, para que no vosso Districto, e na Junta da Fazenda dessa Província, assim se fique entendido, e o fareis executar, prestando-se todo o auxilio que for necessário e dando-se os despachos e ordens necessárias para se effectuar deste útil estabelecimento. Escripta no Palácio do Rio de janeiro em 24 de setembro de 1817. Para o Conde de Palma, EL-REI."

Foi expedida ao Marquês de Alegrete, Governador e Capitão General da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, outra Carta Régia, com o mesmo objetivo.
Na mesma data, foi editado o regulamento provisional para o correio entre São Paulo e Porto Alegre, fazendo referência inclusive à Província de Santa Catarina. Do documento, destacamos:

"XI. Os portes das cartas serão arrecadados pelos Administradores nomeados pelas Juntas de Fazenda respectivas: por uma carta de quatro oitavas de peso entre São Paulo e Santa Catharina cobrar-se-há 225 réis; e assim por diante, augmentando-se 75 réis por cada duas oitavas que crescer em peso, e fazendo-se a conta correspondente aos pesos intermédios. Pelas cartas porem entre Santa Catharina e Porto Alegre,

cobrar-se-há o mesmo que actualmente se cobra pelas cartas entre esta Corte e a Cidade de São Paulo, que vem a ser 100 réis por cada carta de quatro oitavas de peso, augmentando-se 50 réis em cada duas oitavas de mais tiver; por conseqüência entre esta Corte e Porto Alegre pagar-se-há por cada carta, que tiver peso quatro oitavas 350 réis; por cada seis oitavas de peso 525 réis, crescendo 175 réis por cada duas oitavas, que crescer no peso.

XIV. Depois do estabelecimento deste Correio não será permitido o mandar cartas sem ser pela mala do Correio, com pena do pagamento do dobro estabelecido, pela primeira vez; pela segunda, com pena do quádruplo do porto; e assim por diante; aquelles porém que quizerem conduzir cartas, o poderão fazer pagando em qualquer das Administrações o porte estabelecido, pondo-se verba deste pagamento na mesma carta para não ser aprehendida.

Palácio do Rio de Janeiro, em 24 de setembro de 1817.

(a) João Paulo Bezerra".

O Real Erário informou à Junta da Real Fazenda da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul que ordenara, pela Provisão de 23 de junho de 1819, que os Almoxarifes e seus Escrivãos se mantivessem nos cargos de Administradores dos Correios respectivos, como fora estabelecido anteriormente. Os oficiais encarregados pelo peso das cartas voltariam aos seus serviços nas respectivas Administrações postais, com os mesmos vencimentos que ganhavam. Isso atendia à Provisão do Real Erário, datada de 7 de novembro de 1816.

A Administração dos Correios foi dirigida, em Desterro, por José Luiz do Livramento, que serviu entre 1813 e 1818. Naquele primeiro ano a receita foi de Rs 65$940 e a despesa de Rs 89$300. José Luiz do Livramento foi substituído por João Luiz do Livramento, que ocupou o cargo até 1819. Este foi substituído pelo capitão Manoel da Cunha Bittencourt, que serviu até 1823.

Após a proclamação da independência, foi nomeado Administrador o capitão Vicente Álvares de Souza, que, em ofício ao administrador dos Correios da Villa de Laguna, Francisco Gonçalves Barreiros, assim se dirigiu:

"Em observância das Ordens de S. M. I., expedidas á Junta da Fazenda eao Presidente desta Província, se axa estabelecido o Correio por terra para a Provinciai de S. Pedro, sob as Instruçõens Provisórias constantes da Copia junta; S. Exa. Me ordena que as remeta a V. M. para sua inteligência e observância. O por, deste he o Correio que deve correr dessa Villa até as Torres, o Soldado Cassador José Joaquim Pereira, e que deve dali voltar, eesperar nessa, para entregar a Mala, ao Correio que corre dessa Villa para esta Cidade, o Soldado Artilheiro José Floriano que ade daqui partir no dia 14.

Incluza remeto a V.M. uma das chaves da Mala para existir em seu poder, afim de V.M. ao recebe-la abrir, eretirar as cartas que pertencerem aessa Villa e meter dentro

as que dessa Villa se escrever para soredia Província: na volta da Mala V.M. igualmente tirará as cartas que vierem para essa Villa e fará seguir pelo mencionado José Floriano a Mala para esta. V. M. fará uma escripturação em Caderno separado dequanto produzir ahi o Correio de terra, para detrez emtrez mezes V. M. remeter aesta Administração Geral com oproducto liquido tanto do Correio de Terra como do Mar pois assim o Ordena a Junta da Fazenda enessa ocazião V. M. enviará uma Relação das cartas que lheficaram por entregar.
Estou certo que nada mais caresso lembrar a V. M. que desempenhará sta Commissão como merece a Causa Publica.
Deus Guarde V. M. Administração Geral dos Correios de Desterro, em 9 de abril de 1825, VICENTE ALVARES DE SOUZA.”

Entre 1825 e 1839 serviu como administrador Vicente José Ferreira Braga. Foi ele quem instalou, em 2 de abril de 1830, a Administração dos Correios da Província de Santa Catarina, em virtude do Decreto de 5 de março de 1829, que regulamentava o serviço postal brasileiro.
As agências dos Correios, então criadas pelo Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, tinham as seguintes gratificações anuais: a de Laguna 50$000, as de São Francisco e Lajes percebiam 20% do que apuravam. Os condutores de malas percebiam mensalmente: o de Desterro a Laguna 14$000; o de Laguna ao presídio de Torres, 10$000; o de Desterro a São Francisco 15$000; o de São Francisco a Guaratuba 3$000 e o de Desterro a Lajes 15$000.
Na gestão do Administrador José Agostinho Alves de Araújo, entre 1839 e 1863, foram criadas agências em Tijucas, São José, São Miguel, Itapocaroy e Itajahy.
Curiosamente, na relação oficial da Diretoria Geral dos Correios, do ano de 1863, apenas constam, na província de Santa Catarina, quatro agências postais - Itajahy, Laguna, Lages e São Francisco -, embora existissem outras, como vimos.
Entre 1863 e 1865, serviu como Admi-

Pré-filatélico, de 15 de outubro de 1830, de Desterro para o Rio de Janeiro. Carimbo preto. Taxa manuscrita 40 réis.

nistrador José Feliciano de Proença, sucedido pelo Tenente-Coronel Comendador Francisco Duarte Silva, que permaneceu até 1874.

O Major Alexandre Francisco da Costa serviu de 1874 a 1892. Foi ele quem deu execução ao regulamento dos Correios de 26 de março de 1888.

Os agentes postais, à época, recebiam percentual sobre a renda da agência, em índices que variavam entre 50%, 40% e 30%. Quando se encontravam rendimentos de 5%, 10% e 12%, essa porcentagem era apurada sobre a venda de selos – depois de 1843 –, a importância do seguro e o montante de porte a pagar, respectivamente. Havia agentes postais que optavam por uma gratificação anual variável, ou por uma percentagem, também variável, sobre a receita da agência.

Um pouco sobre a criação de Agências postais em Santa Catarina:

ARARANGUÁ

No ponto em que desemboca o Rio Araranguá, em 1727, iniciou-se a abertura da "estrada dos conventos", para ligar o litoral ao planalto. Os primeiros habitantes ali se estabeleceram no começo do século XIX, formando pequeno povoado, inicialmente denominado de Campinas do Sul. Pela Lei Provincial nº 272, de 04 de maio de 1848, o povoado foi elevado a distrito, constituindo-se município, já com o nome de Araranguá, pela Lei Provincial nº 901, de 03 de abril de 1880.

Desconhecemos a data da criação da agência postal.

BIGUAÇU

Com a chegada de colonizadores açorianos, foi fundado um povoamento nas proximidades da parte continental da Ilha de Santa Catarina, em 1747, que foi elevado à categoria de freguesia, pela Provisão Régia de 08 de fevereiro de 1752, sob a invocação do arcanjo São Miguel. O município foi criado com sede no povoado de São Miguel, pela Resolução do Conselho de Governo de 1º de março de 1833, mas instalado somente em 16 de maio daquele ano. O distrito de Biguaçu foi instituído pela Lei Provincial nº 971, de 19 de dezembro de 1822. A sede do município foi transferida para aquele distrito, tomando a denominação definitiva de Biguaçu, pela Lei Provincial nº 1.902, de 05 de agosto de 1886. Recebeu tal toponímia pela existência, na região, do biguá – ave aquática da família dos carbonídeos, carbo vigua.

BLUMENAU

Colônia alemã, foi fundada às margens do rio Itajaí-Açú, distante cerca de nove léguas da foz, em 2 de setembro de 1850. Somente a partir de 1860, o empreendimento privado da colonização foi assumido pelo Governo Imperial. Blumenau foi elevada à freguesia

em 1873. Pela Lei Provincial nº 860, de 04 de fevereiro de 1880, tornou-se município. A denominação do município se deve ao fundador da colônia: Hermann Blumenau. A agência postal de Blumenau foi criada em 2 de novembro de 1874.

CAMBORIÚ

Povoado que estabelecido em 1758, num local inicialmente denominado de Nossa Senhora do Bonsucesso, e depois, simplesmente, “Barra”. Foi edificada uma capela em homengem a Santo Amaro, que ainda hoje existe. O povoado tornou-se distrito pela Lei Provincial nº 292, de 26 de abril de 1849, e foi elevado a município pela Lei nº 1.076, de 5 de abril de 1884, com território desmembrado de Itajaí.
A agência postal foi criada em 1830.

COLÔNIA DE ITAJAHY

O Governo Imperial resolveu incrementar a colonização de parte do território catarinense, autorizando a fundação de uma colônia na margem esquerda do Rio Itajaí-Acú, com 4 léguas quadradas de superfície. Os primeiros colonos germânicos chegaram, ali, em agosto de 1860. Inicialmente a aglomeração foi chamada São Luiz Gonzaga, mas logo foi rebatizada com o nome de Colônia de Itajahy. Pela Lei nº 63, de 31 de julho de 1874, a Presidência da Província elevou a colônia à condição de freguesia. Com a abertura de uma estrada para o porto de Itajaí, começou intensa imigração de colonos italianos, levando desenvolvimento para a região. O município foi criado pela Lei Provincial nº 920, de 23 de março de 1881, com o nome de São Luiz Gonzaga. É a BRUSQUE de hoje, cujo nome se alterou somente em 1890.
A agência postal foi criada em 22 de dezembro de 1875.

CURYTIBANOS

O bandeirante paulista Raposo Tavares andou por aquelas paragens em 1633. Os primeiros povoadores eram oriundos de Curitiba, já no século XVIII, sendo esta a origem do nome. O povoado foi transformado em ponto de repouso de tropeiros, tornando-se distrito de Lages, pela Lei Provincial nº 535, de 22 de março de 1864 e elevado à categoria de município pela Lei Provincial nº 626, de 11 de junho de 1869.
A agência postal foi criada em 30 de julho de 1879.

DONA FRANCISCA

Pela Lei nº 166, de 29 de setembro de 1840, foi estabelecido o dote para a Princesa Dona Francisca Carolina. Mais tarde, esse dote foi fixado como sendo uma área territorial de 25 léguas quadradas, localizada na Província de Santa Catarina, entre os rios Piraberaba e Itapocu, nas proximidades da baía de São Francisco. Dona Francisca contraiu matrimônio, em maio de 1843, com o Príncipe de Joinville, terceiro filho do rei Luiz Felipe, da França. O casal foi residir na Europa. Com a

revolução de 1848, e conseqüente queda do Rei Luiz Felipe, a família imperial francesa se refugiou na Alemanha, onde o Príncipe de Joinville entabulou negociações para a colonização de parte do lote de terras que mantinha no Brasil. Caberia ao Senador Christian Mathias Schoreider, de Hamburgo, dar andamento ao empreendimento. A Colônia foi fundada em 1851, com a chegada dos primeiros imigrantes. Pela Lei Provincial nº 452, de 8 de abril de 1858, foi a sede da colônia elevada à categoria de freguesia. O Município, já com o topônimo de JOINVILLE, foi criado pela Lei Provincial nº 566, de 15 de março de 1866.

"Nº 203 – Aviso nº 1 de 10 de junho de 1857 – Ao Director Geral dos Correios – Manda estabelecer na Colonia D. Francisca, Província de Santa Catharina huma Agencia de Correio com hum estafeta, que faça duas viagens por mez".

O vencimento do agente foi fixado em 50% sobre a renda da agência.

GAROPABA

No ano de 1525, a "Baia de Garopaba" serviu como abrigo à expedição naval da cidade de Coruña, que fugia de um temporal. O primeiro povoado surgiu em 1666, formado por imigrantes açorianos. Foram os tupi-guaranis que deram o nome à cidade. Este nome vem grafado - gahopapaba - na carta de Turim, em 1523. O nome significa enseada dos barcos, do descanso ou ainda lugar abençoado. Os açorianos desembarcaram em Garopaba, enviados pelo Império Português, procedentes, em sua maioria, da 3° Ilha dos Açores. Em 1793, foi criada a Armação de São Joaquim de Garopaba. No ano de 1830 é levada à freguesia. A Paróquia foi criada por decreto do Governo Imperial, porém sua instalação oficial ocorreu no ano de 1846. Em 1890, com trabalho de mobilização da freguesia, Garopaba foi elevada à Vila, por Decreto do então Governador de Santa Catarina.

A agência postal foi criada em 28 de abril de 1875.

IMARUHY

Os primeiros habitantes foram pescadores, que adentraram a Lagoa de Imaruí, no sul catarinense. Em 1833, foi criada a freguesia de São João Batista de Imaruí, que se tornou distrito pelo Decreto nº 29, de 23 de março do mesmo ano.

A agência postal foi criada em 31 de maio de 1881.

IMBITUBA

Imbituba nasceu em 1775, com a chegada do capitão-mor Manoel Gonçalves de Aguiar, por determinação do Governo do Rio de Janeiro. Por volta de 1720, pescadores e agricultores açorianos, vindos de Laguna, em busca de novos lugares para a pesca da baleia e para a agricultura, instalaram-se na região, trazendo grande desenvolvimento. A instalação de uma armação (estação baleeira), em 1796, e a construção de um trapiche no porto, em 1870, contribuíram para o crescimento

econômico da região.
A agência postal foi criada em 24 de abril de 1882.

INDAYAL
As terras foram primitivamente ocupadas pelos índios carijós. O engenheiro Emilio Odebrecht, ao fazer estudos para a abertura de uma estrada, ligando Blumenau a Lages e Curitibanos, apontou, em 1863, a existência de habitações nas margens do Rio Benedito. Ali, chegaram imigrantes alemães em 1860, italianos em 1875 e poloneses em 1878. O povoado tornou-se distrito pela Lei Provincial nº 1.116, de 4 de setembro de 1886.
A agência postal foi criada em 14 de dezembro de 1882.

ITAJAÍ
O paulista João Dias D'Arzão chegou à região em 1658. Os colonizadores foram portugueses oriundos dos Açores, que ali chegaram em 1750. A cidade teria sido fundada por volta de 1820, por Antônio Menezes de Vasconcellos Drumond. Foi criado o curato de Itajaí em 1824, elevado à paróquia pelo Decreto 21, de 13 de agosto de 1833. Itajaí foi considerada vila pela Lei Provincial nº 464, de 4 de abril de 1859 e, cidade, em 1º de maio de 1877.
A agência postal foi criada em 26 de fevereiro de 1841.

ITAPOCOROY
É a PENHA de hoje. O marco inicial do povoado foi a construção da Capela de São João Batista, em 1759, no local denominado Itapocoroy (derivado do guarani "Itapocorá", cujo sentido é "parecido com um muro de pedra"). A região de Penha foi colonizada, a partir do século XVIII, quando da invasão, pelos espanhóis, da Ilha de Santa Catarina (Florianópolis), por pescadores portugueses - em sua maioria açorianos -, fugindo dos invasores e que procuravam novos locais para a caça e beneficiamento de baleias. Itapocoroy tornou-se, então, sede de uma das maiores armações baleeiras do sul do Brasil. Uma nova comunidade, criada a seis quilômetros da armação, por moradores deslocados de núcleos de Itapocoroy, alcançou progresso suficiente para ser elevada à categoria de freguesia em 23 de março de 1839, com o nome de Freguesia de Nossa Senhora da Penha do Itapocoroy. No século XIX, a caça à baleia entrou em crise e foi substituída pela pesca artesanal e pelo comércio rudimentar como forma de subsistência.
A agência postal foi criada em 15 de setembro de 1875.

LAJES
Pela carta patente, expedida em 09 de julho de 1766, D. Luis Antonio de Souza Mateus, morgado e governador geral da Província de São Paulo, nomeou o guarda-mor Antonio Correia Pinto, regente do sertão de Curitiba, para que ele desse início ao povoamento da região. Em novembro de 1766, foi edificada uma capela em invocação à Nossa Senhora dos Prazeres, onde já existia um local de acampamento de tropeiros. A criação do distrito ocorreu em 20 de junho de 1767. O município foi

criado em 6 de setembro de 1770, com território anexado à Santa Catarina pelo Alvará de 9 de setembro de 1820. Lajes foi elevada à categoria de cidade pela Lei Provincial nº 500, de 25 de maio de 1860. A agência postal foi criada pela Portaria de 19 de novembro de 1859.
O vencimento do agente foi fixado em 50% sobre a renda da agência.

LAGUNA

Domingos de Brito Peixoto, pela Carta Régia de 1682, foi convidado a colonizar a parte sul de Santa Catarina. A primeira tentativa de assentamento falhou. Mais tarde, decidiu-se por duas expedições, partindo de Santos, uma por mar e outra por terra, para consolidação do povoamento. Com início em 1696, foi edificado um templo dedicado a Santo Antonio de Lisboa, cuja imagem teria sido milagrosamente encontrada na praia. A vila foi instalada em 20 de janeiro de 1720, e elevada à categoria de cidade pela Lei Provincial nº 239, de 15 de abril de 1847.
O agente postal foi nomeado pela Portaria de 12 de fevereiro de 1862, com vencimento fixado em 50% sobre a renda da agência.

PALHOÇA

O povoamento iniciou-se em 1793, pelo então governador da ilha de Santa Catarina, coronel Alberto de Miranda Ribeiro. Considera-se Caitano Silveira de Matos como o primeiro habitante do povoado. Palhoça foi elevada à freguesia pela Lei nº 949, de 8 de novembro de 1882. Seu topônimo provém dos telhados de palha, que faziam a cobertura das primeiras casas da região.
A agência postal foi criada em 1881.

PORTO BELLO

Fundada como colônia de pescadores, em 1817, inicialmente foi denominada de Nova Ericeira. Foi concedida sesmaria a Justino José da Silva, por Decreto de D. João VI, que mantinha o interesse em fazer da enseada um ponto de apoio à esquadra portuguesa. A colônia foi elevada à freguesia pelo Alvará de 18 de dezembro de 1824, e à vila pelo Decreto de 13 de outubro de 1832, promulgado pela Regência, onde se lê: "*Art. 1º Fica erigida em Villa, com a denominação de Porto Bello, a povoação de Garoupas, contando o seu termo a margem norte de Tijucas até o sul de Itajaí*". A Lei nº 464, de 4 de abril de 1859, transferiu para Tijucas a sede do município, ficando então reduzida a freguesia. Foi restaurada como município somente no período republicano, pela Lei Estadual nº 140, de 29 de agosto de 1895.
A agência postal foi criada pela Lei nº 929, de 26 de outubro de 1857.
O vencimento do agente foi fixado em 50% sobre a renda da agência.

SÃO FRANCISCO

Fundada em 1640, pelo português Manuel Lourenço de Andrade, que veio de São Vicente, São Francisco tornou-se distrito pelo alvará de 18 de dezembro de 1656 e

município, com a denominação de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco do Sul, pela Carta Régia de 1660. Entretanto, somente em em 1º de janeiro de 1662 o município foi efetivamente instalado.
O agente postal foi nomeado pela Portaria de 8 de junho de 1860, com vencimento de 50% sobre a renda da agência.

TIJUCAS
Povoado originado, por volta de 1775, de uma fazenda mantida pelo capitão-de-auxiliares José Rabello, Tijucas tornou-se distrito pela Lei Provincial nº 271, de 4 de maio de 1848 e, município, quando da transferência da sede de Porto Bello para a povoação de São Sebastião da Foz do Rio Tijucas, pela Lei Provincial nº 464 de 4 de abril de 1859.

TUBARÃO

O rio Tubarão fazia parte da rota que ligava Lages a Laguna. Em agosto de 1640, foram doadas duas sesmarias ao capitão João da Costa Moreira e ao sargento-mor Jacinto Jacques Nicós. O povoamento se iniciou por volta de 1721. A paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Tubarão foi criada em 1836. Tubarão tornou-se município com o desmembramento de Laguna, pela Lei Provincial nº 653, de 27 de maio de 1870. A toponímia provém do guarani “tobaranhõ”, que significa rosto ou semblante bravio. Segundo a tradição, origina-se do nome do índio “Tubanharon”, chefe de um tribo que teria existido ali.

BIBLIOGRAFIA

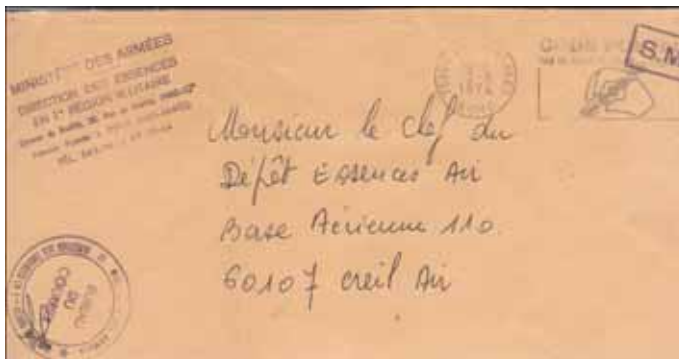
COMELLI, Paulo. Colônia Blumenau: Correspondência de Imigrantes no Século XIX, publicado na Revista Mosaico nº 39, de dezembro de 2003.
FRITZEN, Luis C. O Correio em Desterro, publicado na Revista Santa Catarina Filatélica nº 51. de agosto de 2004.
GUATEMOSIM, Dorvalino. Miscelânea Histórica, Postal e Filatélica Nacional, 1935.
IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1959.
KOESTER, Reinhold. Carimbologia do Brasil Clássico, 1985/1992.
LUTTERBACH, José Antônio V. A História Postal no Brasil Colonial, publicado na Revista Mosaico nº 35, de agosto de 2002.
MONTEIRO, Nova. Administrações e Agencias Postaes do Brasil Império, publicado na Revista Brasil Filatélico nº 21 de maio de 1935.
PAULA SOBRINHO, José Francisco. Informações sobre alguns Carimbos do Tipo Francês, publicado na Revista Mosaico nº 25, de maio de 1999.
SANTOS, Áureo G. Agências de Correios Criadas e Suprimidas em 1851, 1855, 1856 e 1857, publicado na Revista Brasil Filatélico nº 181, de julho de 1977.
SIMAS, Emilio. Correios de Santa Catarina, publicado na revista Ilustração Brasileira, ano VIII, nº 88, de dezembro de 1927.

O Transporte de Petróleo nas Operações de Guerra Sob o Ponto de Vista Postal

Carlos Dalmiro Silva Soares - Chapecó, SC

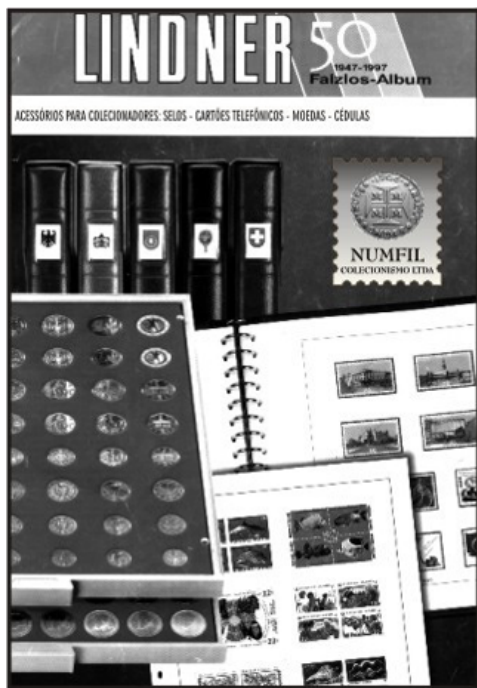
A título ilustrativo, sabemos que, durante a II Grande Guerra, a luta pelos suprimentos de petróleo teve um papel dramático, especialmente nas batalhas de Tobruk e El Alamein, no norte da África - pelas reservas do Oriente Médio - e, mais tarde, em Stalingrado - pelo petróleo de Bakú, na Rússia. Os bombardeamentos aliados de refinarias localizadas na Hungria e na Romênia (Paloesti), acabaram por levar ao colapso as reservas de combustíveis do exército nazista, determinando a queda de Berlim e a rendição final alemã, em maio de 1945.

Fazemos este intróito histórico apenas para sublinhar a importância que o petróleo e

seus derivados desempenham nos teatros bélicos.

Para se ter uma idéia, o fluxo de combustíveis é um dos elementos mais críticos em qualquer ofensiva terrestre. A necessidade diária de combustíveis, numa guerra, situa-se na casa de milhões de litros/dia. Por isso, Companhias, Divisões e Unidades de Transporte de combustíveis e lubrificantes dedicam-se ao atendimento dessa demanda ininterruptamente.

As Armas Francesas dispõem, em sua estrutura, de centros de transporte de combustíveis (essences, em francês).

A filatelia, como ciência auxiliar da história, consegue registrar essa faceta, retratando, em marcas postais, as unidades de transporte de combustíveis em operações de guerra.

Para o colecionador dos temas petróleo, fontes de energia, meios de transporte, guerras, dentre outros, tais marcas podem ser muito interessantes e úteis no desenvolvimento de seus temas.
Logo, mais um norte no campo da pesquisa temática.
Bom trabalho!

Você sabia...

O mais antigo uso da expressão “correio aéreo” ocorreu no século V A.C. durante o cerco à antiga cidade grega de Potidaea. As cartas eram presas a flechas que “voavam”, sobre áreas inseguras, até os mensageiros.

No ano de 549, cartas foram transportadas por meio de pipas, durante o cerco de uma cidade chinesa.

Nova Sede dos CORREIOS em Santa Catarina

AFSC

No dia 8 de maio de 2007 aconteceu a inauguração do novo CENTRO OPERACIONAL E ADMINISTRATIVO DOS CORREIOS DE SANTA CATARINA, em São José, na Grande Florianópolis.

O prédio abriga o novo Centro Operacional, em modernas instalações, e também a Administração Central dos CORREIOS no Estado, além da nova Agência Postal Floresta.

A solenidade de inauguração do COA, realizada no Auditório Amanajé, contou com a presença de mais de 450 pessoas, destacando-se autoridades municipais, estaduais e federais, entre as quais o Prefeito de São José, Fernando Melquíades Elias, o Governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira, o Ministro das Comunicações, Hélio Costa, e o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Como parte da festa de inauguração, foi lançado o carimbo comemorativo desenhado por João Carlos Lima, vencedor do concurso interno realizado pelos CORREIOS de Santa Catarina. A cerimônia de obliteração foi conduzida pelo Presidente dos CORREIOS, Carlos Henrique de Almeida Custódio, e pelo Diretor Regional dos CORREIOS de Santa Catarina, Luiz Felipe Dias.

O Presidente da República, na cerimônia de lançamento do carimbo comemorativo.

Mostra de Colecionismo no Beiramar Shopping

AFSC

Agosto é o mês de aniversário da AFSC. Neste ano de 2007, paralelamente ao 145º Encontro de Filatelistas e Numismatas de Santa Catarina, estamos propiciando ao público em geral uma MOSTRA DE COLECIONISMO, reunindo selos, cartões-postais, máximos postais, cartões telefônicos, cédulas, moedas e medalhas.
Destacamos a coleção de moedas de porcelana e cerâmica marron BÖTTGER, produzidas na Alemanha.
Segundo seu colecionador, “as primeiras moedas de porcelana foram cunhadas no final do século XVIII, com valor apenas para colecionadores, pois eram reproduções de moedas raras, portanto sem valor de dinheiro. Entre 1920 e 1922, foram cunhadas moedas que tiveram, estas sim, valor de dinheiro. Circularam na Alemanha”.

Seguem algumas fotos conseguidas ainda durante a montagem da exposição.

Moedas de cerâmica, com detalhes em ouro, componentes da coleção exposta na MOSTRA DE COLECIONISMO, na semana de 29 de julho a 5 de agosto de 2007.

Para anunciar no boletim
Santa Catarina Filatélica:

Página inteira:	R$ 60,00
Terço de página:	R$ 30,00
Quarto de página:	R$ 20,00

Próxima edição:
março/2008

Você sabia...

A primeira Exposição Filatélica Estadual de Santa Catarina foi realizada, em Florianópolis, de 30 de julho a 2 de agosto de 1955, como parte das comemorações do 17º aniversário da Associação Filatélica e Numismática de Santa Catarina - AFSC.

Peça filatélica, numerada, lançada por ocasião da
Primeira Exposição Filatélica Estadual de Santa Catarina.

CORREIOS de SANTA CATARINA - Seção de Filatelia

Notícias e programação de eventos filatélicos. Selos personalizados.

BR-101, Km 205 - 7º andar, Bloco B
88110-902 - Bairro Floresta - São José, SC

Tel. (48)3954-4032 e Fax (48)3954-4084
Contatos com Angelita Tolentina Lima da Silva
e-mail: angelita@correios.com.br

A AFSC desenvolve um importante trabalho de divulgação do colecionismo em geral, além da edição deste Boletim Santa Catarina Filatélica. Anualmente, realiza, segundo uma programação estabelecida em conjunto com as demais Associações do Estado de Santa Catarina, o seu tradicional Encontro de Colecionadores.

Todas as publicações e convites para realizações da AFSC são enviados aos sócios, Clubes e Associações congêneres. Há também uma biblioteca especializada à disposição dos associados na Sede da AFSC.

Para suporte aos dispêndios decorrentes das atividades referidas, a AFSC depende principalmente da arrecadação das anuidades pagas por seus associados, que podem ser das seguintes categorias:

Efetivos - residentes na Grande Florianópolis com idade a partir de 18 anos .... R$50,00

Juvenis - residentes na Grande Florianópolis com idade inferior a 18 anos .... R$10,00

Correspondentes no Brasil - residentes fora da grande Florianópolis .... R$20,00

Correspondentes no Exterior - residentes em outros países .... US$ 35,00

Associe-se. Remeta à Associação a ficha da página 34, devidamente preenchida, acompanhada de cheque nominal à AFSC, ou de cópia do recibo de depósito na conta 043.944-7, agência 055-8, banco 027 - Banco do Estado de Santa Catarina - BESC.

Ao pagar a anuidade, você terá direito também a um anúncio de texto, gratuito, no site:

www.afsc.org.br

ÍNDICE DE ANUNCIANTES

Associação Filatélica e Numismática de Santa Catarina
Fundada em 6 de Agosto de 1938
Fone/Fax (48)3222-2748 – Caixa Postal 229
CEP 88010-970 – Florianópolis – SC

INSCRIÇÃO / ATUALIZAÇÃO DE ASSOCIADO

Nome: ____

Endereço: ____________________________ Cx. Postal: _______

CEP: _________ Cidade: __________________ Estado: ______

Telefone: ___________ Profissão: _________________________

Sexo: __________ Data de nascimento: ______________________

E-mail: ____

COLECÕES / TEMAS DE SEU INTERESSE:

____

____

____

____

____

Anuidade para Sócio:
☐ Efetivo ☐ Juvenil ☐ Corresp. Brasil ☐ Corresp. Exterior

Data: ___________ Assinatura: __________________________